

ECONOMIA

FUNDO DE GARANTIA

Rodrigo Maia critica gestão do FGTS pela Caixa

Brasília - O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que R\$ 7 bilhões do lucro anual da Caixa Federal são “roubados” do trabalhador por meio da taxa de administração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em entrevista ao programa Poder em Foco, do SBT, na madrugada de ontem, Maia criticou a alta taxa cobrada pelo banco estatal para administrar o fundo e defendeu que, caso não seja reduzida, o governo deve abrir espaço para que outras instituições financeiras possam gerir o FGTS.

Para o deputado, o rendimento do FGTS não deveria ser utilizado pelo governo para subsidiar programas sociais como o Minha Casa Minha Vida. “Não é justo que o dinheiro do trabalhador, que é sócio deste fundo imenso que é o FGTS, seja usa-

do como subsídio para construir a casa de outra pessoa”, criticou. “Para o trabalhador, o FGTS pode ser a única poupança que ele tem”, acrescentou.

A proposta de quebrar a exclusividade da Caixa nas operações do fundo tem sido articulada em uma comissão mista do Congresso, formada por deputados e senadores. A Caixa cobra uma taxa de 1% para administrar os recursos do fundo, utilizado pelo governo e usado para financiar diversos projetos na área da habitação.

Segundo Maia, a taxa de administração cobrada pela Caixa faz com que o juro real do fundo seja prejudicial para o trabalhador. Em média, o fundo paga por ano cerca de R\$ 5 bilhões à Caixa em taxa de administração. O presidente da instituição, Pedro Guimarães, diz que há negociações para a redução.

América Latina desperdiça 20% da comida do mundo

Região representa 9% da população global, mas joga fora um quinto da toda a quantidade produzida no planeta, segundo apurou a FAO

Santiago - América Latina e Caribe são responsáveis por 20% da comida que se perde no mundo, desde a colheita até a chegada aos postos de vendas, segundo informações reveladas ontem pela oficina regional da Food and Agricultural Organization (FAO), braço da Organização das Nações Unidas (ONU). O Índice de Perda de Alimentos apurado pela FAO permite aos países medir a quantidade de alimentos desperdiçados depois da colheita e durante o armazenamento, transporte e processamento, mas sem incluir o nível da venda no varejo, ou quando os produtos chegam aos supermercados e lojas, quando a perda se transforma formalmente em desperdício. Com somente 9% da população global, a região é responsável por um quinto das perdas de alimentos.

Concentrando-se somente nas perdas que ocorrem na América Latina e no Caribe, a

12%

é o índice de perdas dentro da própria região, junto com o Caribe

região joga fora 12% de seus alimentos, inferior à média global de 14%. No mundo todo, de acordo com o relatório, as causas das perdas de alimentos se divergem amplamente ao longo da cadeia de fornecimento. Nas fazendas, por exemplo, a maior parte das perdas acontece por “cultivar no momento inadequado, por más condições climáticas, práticas erradas no cultivo e no manejo e desafios na comercialização dos produtos”.

Quanto ao armazenamento, práticas equivocadas geram uma vida útil muito mais curta de alguns produtos. “Um arma-

zenamento em frio adequado pode ser crucial para evitar perdas quantitativas e qualitativas de alimentos”, ressaltou o relatório. Durante o transporte, uma boa infraestrutura física e uma logística comercial são determinantes para evitar a perda de alimento, enquanto que um processamento correto pode desempenhar um papel importante na conservação dos alimentos.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) lidera os esforços internacionais de erradicação da fome e da insegurança alimentar. Atualmente a FAO tem 191 países-membros, mais a Comunidade Europeia. A sede se localiza em Roma, na Itália, e a rede mundial compreende cinco escritórios regionais e 78 escritórios nacionais. A FAO trabalha no combate à fome e à pobreza, promove o desenvolvimento agrícola, a melhoria da nutrição, a busca da segurança alimentar e o acesso aos alimentos.



SEMINÁRIO

Reforma da Previdência:

reflexos para o servidor público

14h00 Abertura - Guilherme Campos
Presidente do Afocefe Sindicato

14h15 Cláudio Luís Martinewski
Desembargador e presidente da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública

14h45 Filipe Leiria
Auditor do Tribunal de Contas do Estado, vice-presidente do CEAPE/TCE e secretário-geral da União Gaúcha

15h30 Aymoré Roque Pottes de Mello
Desembargador

16h15 Espaço para questionamentos

18 DE OUTUBRO
(sexta-feira)

AUDITÓRIO DA AIAMU
Rua dos Andradas, 1234, 8º andar



O Afocefe Sindicato convoca os Técnicos Tributários da Receita Estadual para Assembleia Geral Extraordinária
Data: 18 de outubro (sexta-feira)
Hora: 13h30min
Local: Auditório da AIAMU (Rua dos Andradas, 1234, 8º andar)
 Comparecimento conforme o Art. 64, XVI da Lei Complementar 10.098/94

APEDIDO

15 de Outubro - Dia da Professora e do Professor

Dia de Luta em Defesa da Gestão Democrática e da Educação Pública de Qualidade

Diz a Constituição que a Educação é um direito de todos e um dever do Estado. Porém, os governos do Brasil, do RS e de Porto Alegre ignoram esse princípio.

O governo de Temer aprovou o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos. O de Bolsonaro manteve a medida, cortou verbas das universidades e ainda vem perseguindo estudantes e professores. No RS, Leite segue sucateando o serviço público e parcelando salários.

Em Porto Alegre, a gestão Marchezan segue essa mesma trilha destrutiva. Faltam professores, estrutura de trabalho, segurança, diálogo e respeito aos alunos e aos educadores, que estão com seus salários defasados. Mas, não é só isso.

Há poucos dias, o secretário de Educação, Adriano Brito, apresentou projeto de lei à Câmara, em regime de urgência, que muda a gestão democrática das escolas, às vésperas do processo eleitoral para a escolha dos diretores, que acontece a cada três anos.

A proposta não foi debatida com a comunidade, resultando em um projeto que não corresponde à realidade e que cria mecanismos injustos de medição do trabalho dos diretores. Ao sugerir que a continuidade de seus mandatos dependerá do resultado de provas oficiais aplicadas aos alunos, como o Ideb, o secretário quer jogar sobre os diretores a responsabilidade pela qualidade da educação que depende, principalmente dos gestores, incluindo o secretário. Isso vai contra a natureza dessas provas, que têm como objetivo aperfeiçoar o ensino e não punir aqueles que não tiverem atingido as metas estabelecidas.

Portanto, neste dia 15 de outubro, nós, professoras e professores, não temos nada a comemorar. Mas, temos muita disposição para lutar pelo que é justo e convidamos as famílias, alunos e alunas da comunidade escolar, a se somarem a nós para que possamos, juntos, garantir uma educação pública de qualidade e democrática que ofereça um futuro melhor as nossas crianças e jovens.

'SE A EDUCAÇÃO SOZINHA NÃO TRANSFORMA A SOCIEDADE, SEM ELA, TAMPONCO, A SOCIEDADE MUDA'.
PAULO FREIRE



Simpa
Sindicato dos Municipários de Porto Alegre

**SIM PARA VOCÊ.
SIM PARA A CIDADE.**

MANCHA DE ÓLEO

Viagem pode ser adiada sem custo

São Paulo - Consumidores que tenham comprado pacotes de viagem ou hospedagem para praias do Nordeste afetadas pela mancha de óleo têm direito de cancelar ou remarcar a reserva sem multa. Segundo orientação da Fundação Procon de São Paulo, para isso o consumidor deve entrar em contato com a empresa contratada e pedir o cancelamento ou a remarcação. As manchas de óleo têm poluído o litoral do Nordeste brasileiro desde o início de setembro.

“Como nem a companhia de turismo e nem o hotel provocaram esse ato, estamos orientando que se dê ao consumidor uma nova data. Ele tem direito à vida, à saúde e à segurança. Não pode ser submetido a usufruir um produto que exponha sua vida, saúde e segurança”, ressaltou o diretor-executivo da Fundação Procon-SP, Fernando Capez. Segundo Capez, as duas partes devem entrar em acordo para buscar a melhor alternativa. Caso a empresa se negue, o consumidor deve procurar o Instituto de Defesa do Consumidor (Procon) da localidade onde mora. A presidente nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), Magda Nassar, reitera que se há realmente uma mancha de óleo que prejudicará o turista, a viagem tem que ser reagendada ou cancelada.